

## Perfil dos estudantes ingressantes de 2020/2 no Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC

*Profile of incoming students from 2020/2 Subsequent Technical Course in Occupational Safety at the Federal Institute of Santa Catarina - IFSC*

**Recebido:** 25/08/2022 | **Revisado:** 29/07/2024 | **Aceito:** 29/07/2024 | **Publicado:** 18/11/2024

**Daiana da Rosa Ferreira**  
Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Florianópolis  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8280-6854>  
E-mail: [daiana.ferreria@ifsc.edu.br](mailto:daiana.ferreria@ifsc.edu.br)

**Salate Valer**  
Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Florianópolis  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9391-3807>  
E-mail: [salate.valer@ifsc.edu.br](mailto:salate.valer@ifsc.edu.br)

**Como citar:** FERREIRA, D. R.; VALER, S. Perfil dos estudantes ingressantes de 2020/2 no Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 3, n. 24, p.1-23 e14238, nov. 2024. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

### Resumo

O presente estudo busca traçar o perfil social e acadêmico dos estudantes ingressantes do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) com o objetivo de auxiliar na definição de estratégias que favoreçam o ingresso, a permanência, o sucesso e progressão dos estudantes. Os resultados mostram o perfil dos ingressantes compost, principalmente, por estudantes do sexo feminino, com mais de 30 anos de idade, brancas, residentes da Região Metropolitana de Florianópolis e com a escolaridade de ensino médio. Verifica-se também que a ampla concorrência é a forma predominante de ingresso, ainda que a maioria dos estudantes venha de instituições públicas de ensino.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica; Curso Técnico Subsequente; Ingressantes; Perfil.

### Abstract

The present study seeks to trace the social and academic profile of incoming students in the Subsequent Technical Course in Occupational Safety at the Federal Institute of Santa Catarina (IFSC). One of its objectives is to assist in the definition of strategies that support the admission, permanence, success and progression of students. The results showed that the profile of incoming students are, in general, composed mainly of female students, over 30 years of age, white, residents of the Metropolitan Region of Florianópolis and with secondary education. It is also verified that ample competition is the predominant form of admission process, although most students come from public educational institutions.

**Keywords:** Professional and Technological Education; Subsequent technical course; Incoming students; Profile.

## 1 INTRODUÇÃO

A história da Educação Profissional Pública Federal no Brasil mostra que seu início decorreu de uma proposta focada na necessidade de assistir aos marginalizados e desfavorecidos socialmente para que esses fossem treinados em um ofício. Posteriormente, segundo Ikeshoji e Terçariol (2018), sua história foi se delineando para uma educação destinada a poucos que apresentassem potencial para frequentar seus cursos. Diante desses cenários, ao longo do tempo, pensadores progressistas, entre os quais se encontram Ciavatta, Frigotto, Kuenzer, Ramos, Saviani, entre outros, desenvolveram uma proposta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que requer o domínio de conhecimentos técnicos, tecnológicos e científicos, ligados a um plano de desenvolvimento econômico e social que supera a preparação exclusiva para o mercado de trabalho ao proporcionar a compreensão das relações sociais de produção para a emancipação social.

A implementação da Lei 11.741 de 16 de julho de 2008 (BRASIL, Lei n.º 11.741, 2008) redimensionou, institucionalizou e integrou procedimentos para o desenvolvimento da EPT nas instituições de ensino. A partir do estabelecimento de políticas públicas dirigidas à democratização do acesso ao ensino, realizou-se uma reestruturação das instituições federais de educação profissional pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, Lei n.º 11.892, 2008), que concretizou a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e criou os Institutos Federais. A política de expansão dos Institutos Federais foi produzida com o objetivo de favorecer o desenvolvimento dos estados brasileiros ao promover e fortalecer os sistemas produtivos, culturais, sociais e educacionais com o aumento do número de matrículas e de cursos ofertados.

Entre as finalidades dos Institutos Federais está a ampliação e democratização do acesso às suas vagas para grupos minoritários. Uma das propostas de inclusão social foi a implementação da lei de ingresso com reserva de vagas nas instituições públicas federais de ensino. A Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, Lei n.º 12.711, 2012) torna os sistemas de seleção de alunos mais democráticos ao possibilitar o ingresso de estudantes antes excluídos do sistema de ensino público federal por causas sociais e econômicas, como características étnico-raciais, de gênero, de renda ou deficiência.

O desenvolvimento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) difundiu a EPT no estado, ampliando o número de vagas e aumentando a oferta de cursos, expandindo progressivamente o número de estudantes na instituição. Dentro desse contexto, conforme apontam Nascimento, Cavalcanti e Ostermann (2020, p. 132), “a diversidade de níveis socioeconômicos nos IF’s é sensivelmente maior do que para outras escolas”, uma vez que, inseriram-se no ambiente educacional estudantes das mais diversas identidades e classes, o que torna indispensável o conhecimento das características sociais e econômicas do público atendido a fim de se pensar em medidas que melhorem o ingresso, a permanência e a progressão dos estudantes pela qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Nessa relação, este artigo<sup>1</sup> objetiva traçar o perfil social e acadêmico de uma turma de estudantes ingressantes do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho ofertado pelo *Campus* Florianópolis do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Procura-se analisar similaridades e diferenças entre os ingressantes a fim de traçar uma descrição dos sujeitos que se interessam pelo curso.

As considerações acima apresentadas formam a introdução do artigo. Na sequência, são apresentados, em (2), a fundamentação teórica; em (3), a metodologia, estabelecida pela abordagem, modalidade de pesquisa, procedimento e instrumentos adotados para a sistematização dos dados; em (4), o Perfil dos Ingressantes do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, desenvolve-se a descrição e análise dos dados, evidenciando-se os resultados e suas apreciações sustentadas pelo referencial teórico, por último, em (5), considerações finais, realiza-se uma retomada do objetivo geral junto a outros aspectos introdutórios para articular as conexões do desenvolvimento da pesquisa.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apresenta-se, nesta seção, o referencial teórico que fundamenta a pesquisa: primeiro se traz os fundamentos da Proposta de Educação Profissional e Tecnológica, para em seguida, apresentar aspectos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

### 2.1 PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Duas formas de conduta se sobressaem no campo em constante conflito que é a educação, “aquelas que buscam a conformação dos homens à realidade dada e outras que buscam a transformação social.” (ARAÚJO; RODRIGUES, 2010, p. 51). Nessa relação, a dualidade estrutural da educação no modo de produção capitalista se manifesta de forma mais nítida na educação profissional por apresentar dois propósitos opostos: um centrado no trabalho e outro no mercado.

Entendendo que se materializam na sociedade ambas as perspectivas de educação profissional, a base conceitual da EPT se fundamenta nos pressupostos de origem marxista que defendem a educação politécnica comprometida com o “domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho moderno.”, conforme posto no Documento Base da Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, DBEPT, 2007, p.17). A politecnia compreende a formação intelectual, física e tecnológica para o desenvolvimento integral dos sujeitos.

---

<sup>1</sup> O presente estudo se desenvolveu a partir dos resultados da pesquisa intitulada *Processo de Ingresso do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho no Campus Florianópolis do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC): um estudo sobre a relação acesso - permanência - sucesso - progressão*. A dissertação foi realizada no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) nos anos de 2020-2021, com o objetivo de investigar os procedimentos que envolvem o processo de ingresso dos estudantes do curso.

A educação politécnica deve ser realizada em escolas públicas e utilizar a *práxis* para desenvolver o processo de ensino - aprendizagem. O conceito de *práxis* é definido por Saviani (2017) como:

Um conceito dialético que sintetiza, na forma de superação, os dois elementos contrários representados pela teoria e pela prática. Nesse sentido a *práxis* pode ser definida como atividade humana prática fundamentada teoricamente. (SAVIANI, 2017, p. 656-657).

Para que a *práxis* ocorra é necessário o desenvolvimento da aprendizagem dos fenômenos em suas mediações e contradições, assumindo uma nova conduta em relação ao saber, ao fazer, ao ensinar e aprender, priorizando a construção das diferentes capacidades humanas e da autonomia.

Nesse sentido, a EPT defende uma proposta democrática de educação “omnilateral, no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica.” (CIAVATTA, 2005, p. 3). Por essa razão, a educação integrada é indicada como um projeto de educação que satisfaz os interesses da classe trabalhadora em uma sociedade capitalista por expressar “uma concepção de formação humana que preconiza a integração de todas as dimensões da vida - o trabalho, a ciência e a cultura - no processo formativo” (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p. 31). Sobre esse aspecto, trabalho e emprego não são vistos como sinônimos que tentam constantemente se ajustar ao mercado, mas são conhecidos em sua historicidade e nas contradições vigentes na necessidade de compra e venda da força de trabalho na sociedade capitalista e como isso constitui os modos de profissionalização. Esse enfoque enfatiza que, mais que uma qualificação, a educação profissional se alicerça no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico da prática educativa.

Expostos alguns conceitos utilizados neste trabalho que fundamentam a EPT, apresentam-se a seguir os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

## 2.2 INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Da escola de aprendizes fundada em 1909 até os atuais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a educação profissional atravessou mais de 100 anos de história. Segundo Johann (2012), muitas alterações de ordem política, estrutural e pedagógica ocorreram na instituição desde a sua criação. Uma proposta de Educação Profissional e Tecnológica foi integrada e institucionalizada pela Lei 11.741 de 16 de julho de 2008 (BRASIL, Lei n.º 11.741, 2008), que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, LDB, 1996) e instituiu diversos níveis e modalidades de educação incorporados a educação profissional, como: “I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.” (BRASIL, Lei n.º 11.74, 2008, Art. 39), todos ligados aos princípios do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Para seguir as novas orientações da lei acima citada, as instituições federais de educação profissional foram reorganizadas pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, Lei n.º 11.892, 2008), que implementou a Rede Federal de Educação Tecnológica e criou os Institutos Federais com o projeto de oportunizar a integração da educação básica à educação profissional, estabelecendo a instituição como núcleo de excelência no ensino de ciências, organizando projetos de pesquisa aplicada, atividades de extensão e produção cultural, contribuindo com a socialização de tecnologias e o desenvolvimento local e regional.

A ampliação e democratização do acesso aos grupos minoritários estão entre as finalidades dos Institutos Federais. Tais ações reconhecem a realidade de extensa fração da população brasileira que, conforme Frigotto (2010), é preterida das instituições de ensino, do desenvolvimento econômico-social, cultural e da estrutura tecnológica, e, por isso desejam criar novas oportunidades de ingresso e de inserção no mundo do trabalho. A implementação da lei de ingresso com reserva de vagas nas instituições públicas federais de ensino (BRASIL, Lei n.º 12.711, 2012) foi uma das propostas de inclusão social adotada pela instituição para tornar a classificação dos estudantes mais democrática.

A regulamentação também conhecida como lei de cotas, de acordo com Souza *et al.* (2020), assegura a reserva de vagas durante o ingresso, ainda assim se faz necessário garantir a permanência e a qualidade do ensino, pois o termo ingresso não pode ser visto como sinônimo de acesso ao ensino de EPT. Isso porque a definição de acesso aqui utilizada é compreendida em uma perspectiva crítica fundamentada na democratização, por isso abrange “o sistema de ingresso, as estratégias de permanência e as estruturas de ensino, pesquisa e extensão das instituições de EPT.” (AMBROSINI, 2019, p. 27). Sobre esse ponto, as políticas públicas voltadas para a EPT não podem se concentrar apenas no crescimento e reserva de vagas ofertadas, como coloca Suski *et al.* (2021), é necessário também que envolvam os interesses do público atendido, tornem-se efetivamente democráticas, sem diferenciar etnia, gênero, crença religiosa ou relações políticas. Por esse motivo, é essencial considerar o acesso pelas perspectivas do ingresso, permanência, sucesso e progressão.

Retratada um pouco da história da institucionalização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, apresenta-se a seguir a metodologia da pesquisa desenvolvida.

### 3 METODOLOGIA

Este estudo, como recorte de uma pesquisa de dissertação ProfEPT, traz os resultados relativos ao perfil dos ingressantes do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), *Campus* Florianópolis. Tomando por bases os pressupostos metodológicos de Severino (2007), é uma pesquisa transversal, de natureza teórica, com método de procedimento qualitativo, e como modalidade principal o estudo de caso; como modalidades secundárias relativas à natureza e sistematização dos dados, seleciona-se a pesquisa de campo e a pesquisa documental; como modalidades secundárias relativas aos objetivos, tem-se a pesquisa exploratória, descritiva e explicativa.



Em termos de procedimentos metodológicos aplicados na investigação, o local de investigação é o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), *Campus* Florianópolis, sendo participantes da pesquisa estudantes ingressantes no semestre 2020/2 do respectivo curso, sendo que, dos 32 ingressantes, 22 foram participantes da pesquisa. Como variáveis de investigação tem-se: idade, gênero, local de residência, cor/raça, escolaridade, forma de Ingresso, conhecimento sobre a instituição, acesso e uso das Tecnologias de Informação, forma de recebimento de informações no dia a dia.

Em termos de instrumentos, as variáveis foram sistematizadas pela aplicação de questionário aos estudantes, composto por 22 perguntas, sendo 19 fechadas e 3 abertas, desenvolvidas por meios eletrônicos, via formulários do *Google Forms*. Para este estudo, recorta-se para análise 6 questões sobre o perfil dos estudantes ingressantes. Após a aplicação do questionário, foi realizada análise documental no sistema acadêmico utilizado pela instituição para verificar dados apresentados pelo estudante no momento da matrícula, como cor/raça, local de residência, escola de procedência e forma de ingresso. Encerrada a aplicação dos instrumentos para a sistematização dos dados, realizou-se a descrição e análise dos resultados, identificando as respostas dos sujeitos para a construção do perfil dos estudantes ingressantes do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho.

Declarados os procedimentos que envolvem a metodologia da pesquisa desenvolvida neste estudo, apresenta-se o perfil dos estudantes ingressantes do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho.

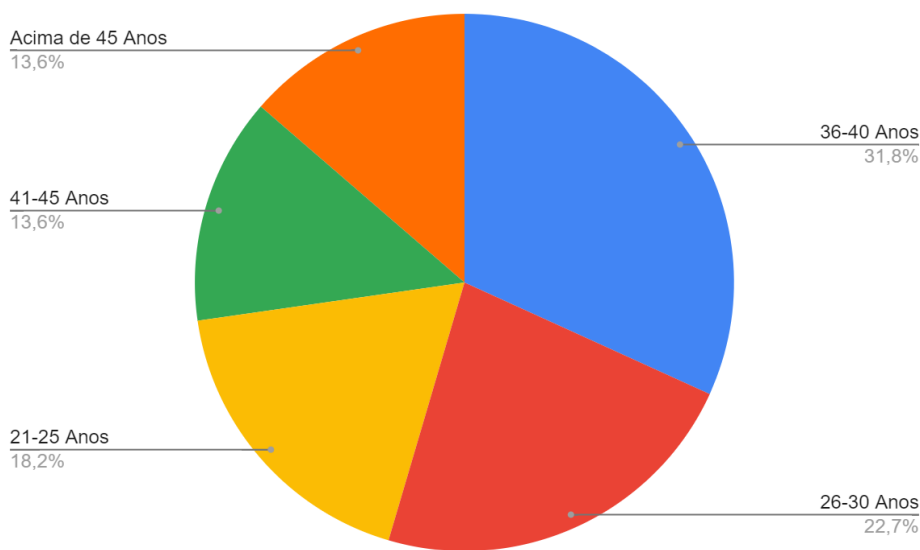
#### **4 PERFIL DOS INGRESSANTES DO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO**

Nesta seção são descritos em dados percentuais e, de forma paralela, são analisados qualitativamente os resultados da aplicação dos instrumentos de pesquisa a fim de construir o perfil dos estudantes ingressantes do curso, conjuntamente é realizada uma análise prévia dos dados relacionados às bases conceituais da EPT. Inicia-se com a idade dos estudantes ingressantes, conforme informações apresentadas a seguir:

##### **4.1 IDADE**

As respostas apresentadas pelos 22 (100%) participantes estudantes ingressantes no curso revelam que 7 (31,8%) ingressantes se encontram na faixa etária de 36 a 40 anos, 5 (22,7%) estão entre a idade 26 a 30 anos, 4 (18,2%) possuem entre 21 e 25 anos, 3 (13,6%) apresentam idade entre 41 a 45 anos e 3 (13,6%) estão em uma faixa etária acima de 45 anos. O gráfico abaixo auxilia na visualização do dados obtidos:

**Figura 1:** Idade dos sujeitos evadidos do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

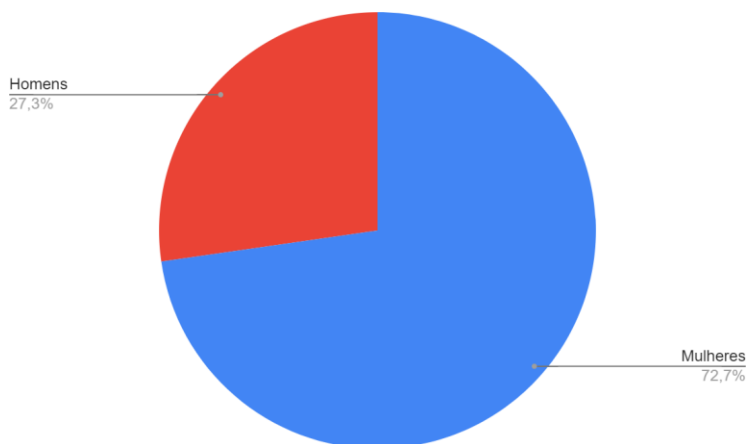
Sobre esse aspecto, os dados demonstram que os estudantes que ingressam no Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho possuem grande diversidade etária, o que demonstra que, independentemente da idade, os sujeitos estão procurando ampliar suas possibilidades formativas em busca do “direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política.” (CIAVATTA, 2005, p.2-3), são adultos em idade ativa e de permanência no mundo do trabalho.

Em seguida são apresentados os resultados sobre a variável gênero dos estudantes ingressantes:

## 4.2 GÊNERO

Os resultados revelam que 16 (72,7%) dos estudantes ingressantes do curso são do sexo feminino. O gráfico abaixo representa a dimensão dos dados obtidos:

**Figura 2:** Gênero dos sujeitos evadidos do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Significativas desigualdades sociais e discriminação marcam as relações sociais e estruturais no Brasil, tais aspectos deontam “nos embates políticos tanto para explicar questões de gênero e etnia” (FRIGOTTO, 2010, p. 422), que necessitam ser rompidos e superados. Assim, a predominância de estudantes do sexo feminino reitera a significativa ampliação do trabalho feminino dentro da atual classe trabalhadora.

Embora Johann (2012) coloque que o número de discentes mulheres matriculadas só seja maior nos eixos tecnológicos de produção cultural e design, ambiente e saúde, turismo, hospitalidade e lazer, desenvolvimento educacional e social, destaca-se que o curso Técnico em Segurança do Trabalho pertence ao eixo tecnológico segurança, o que demonstra que as mulheres estão buscando diferentes áreas para conquistar novos espaços no mundo do trabalho. Esse resultado demonstra esforços institucionais no sentido de assegurar igualdade de oportunidade e o acesso das minorias à educação profissional e tecnológica, e, assim, segundo a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, Lei n.º 11.892, 2008) cumpre a função social dos Institutos Federais de procurar diminuir as desigualdades sociais.

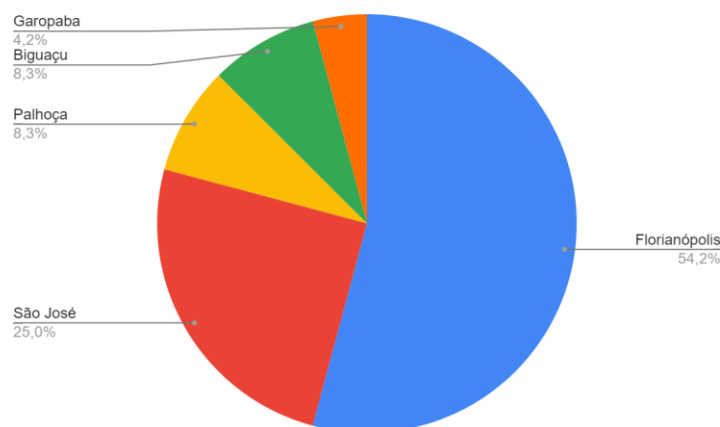
Seguem os resultados da variável local de residência dos estudantes ingressantes:

#### 4.3 LOCAL DE RESIDÊNCIA

A residência dos estudantes ingressantes do curso em estudo concentra-se na Região da Grande Florianópolis, sendo que 13 (54,2%) possuem domicílio em Florianópolis, 6 (25%) moram na cidade de São José, 2 (8,3%) residem na cidade de Palhoça, 2 (8,3%) possuem moradia em Biguaçu e 1 (4,2%) mora na cidade de Garopaba, conforme demonstra o gráfico abaixo:



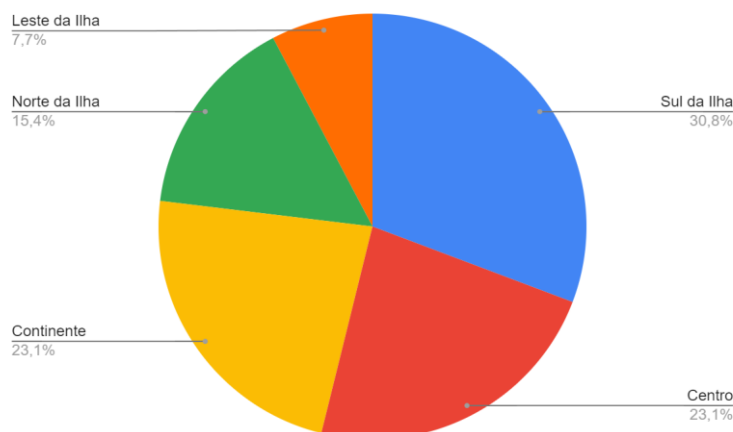
**Figura 3:** Local de residência dos sujeitos evadidos do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Entre o percentual de estudantes que residem em Florianópolis, cidade onde o curso é ofertado, 4 (30,8%) moram no Sul da Ilha de Florianópolis, 3 (23,1%) residem na Área Central de Florianópolis, 3 (23,1%) possuem domicílio na Região Continental de Florianópolis, 2 (15,4%) residem no Norte da Ilha de Florianópolis e 1 (7,7%) mora na Região Leste de Florianópolis. O gráfico abaixo ilustra os dados obtidos:

**Figura 4:** Local de residência em Florianópolis dos sujeitos evadidos do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Sobre esse fator, salienta-se que o fato de grande parte dos estudantes ingressantes residirem na mesma cidade da instituição ofertante do curso não é o equivalente a residir perto da mesma, pois a cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, possui trânsito desordenado, escassez de transportes públicos, entre outros problemas que prejudicam a locomoção dos estudantes dos respectivos espaços de trabalho até o espaço escolar, o que pode resultar em “evasão/abandono

escolar associada ou não à repetência/retenção escolar.” (SUSKI *et al.*, 2021, p.30). Além da situação desses estudantes, há ainda aqueles que residem nas cidades satélites, contribuindo para a diminuição da qualidade dos estudos e pela perda de conteúdos das aulas iniciais, devido ao deslocamento, o que prejudica a permanência e êxito dos estudantes.

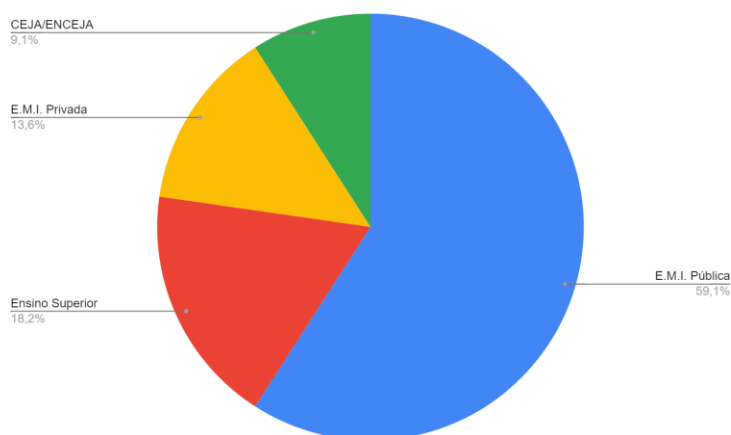
Destaca-se também que 11 (50%) estudantes ingressantes residem em locais que possuem população socioeconomicamente vulnerável, segundo dados da Secretaria do Estado da Segurança Pública (2020), da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis (2018) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sobre esse aspecto, Nascimento, Cavalcanti e Ostermann (2020, p.131) observam que “existe uma correlação acentuada entre os bons resultados escolares e a quantidade de bens econômicos e culturais a que o estudante tem acesso.” Segundo os autores, essas associações são comprovadas por abrangente evidência empírica e demonstram que os estudantes socioeconomicamente vulneráveis são os que apresentam o menor nível de aproveitamento e os que precisam trabalhar para assegurar sua sobrevivência e de sua família.

Na sequência, aponta-se os resultados da variável escolaridade dos estudantes ingressantes:

#### 4.4 ESCOLARIDADE

Dos estudantes ingressantes matriculados no curso, 13 (59,1%) apresentam Ensino Médio regular feito em instituição pública, 4 (18,2%) detém Ensino Superior, 3 (13,6%) concluíram o Ensino Médio regular em instituição privada e 2 (9,1%) realizaram o Ensino Médio pelo CEJA/ENCEJA. Conforme pode ser observado no gráfico abaixo:

**Figura 5:** Escolaridade dos sujeitos evadidos do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Os dados também apontam que a maioria fez ensino médio regular em escolas públicas e Ensino Médio pelo CEJA/ENCEJA. Sobre esses dados, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 77) revelam que “a realidade social construída historicamente no Brasil nos mostra, [...], que a maioria dos jovens não conclui o ensino médio ou o faz de forma precária em cursos supletivos e no horário noturno” e mesmo os que conseguem finalizar de forma regular se defrontam com a baixa qualidade da educação no sistema público de ensino, resultante de escolas precarizadas, ausência de docentes e falta de infraestrutura básica para promover o aprendizado. Essa realidade posta pelos autores reflete diretamente nas condições de aprendizagem dos estudantes que adentram à instituição sem deter habilidades fundamentais para a constituição de conhecimentos elementares para o ensino profissional.

Destaca-se aqui o fato de 4 estudantes já terem o ensino superior e estarem retornando aos bancos escolares para uma formação técnica, o que pode revelar uma necessidade de trabalhadores estarem buscando na educação profissional a oportunidade de qualificação para novos postos de trabalho. Tal fato pode decorrer das transformações sociais ocorridas no Brasil pela implantação do capitalismo financeiro que, segundo Araújo e Rodrigues (2010), projeta a ideia da empregabilidade ligada ao domínio de habilidades de competências determinadas que precisam ser buscadas e adquiridas pelo trabalhador, encobrendo a situação real em que o próprio capital é que está eliminando postos de trabalho.

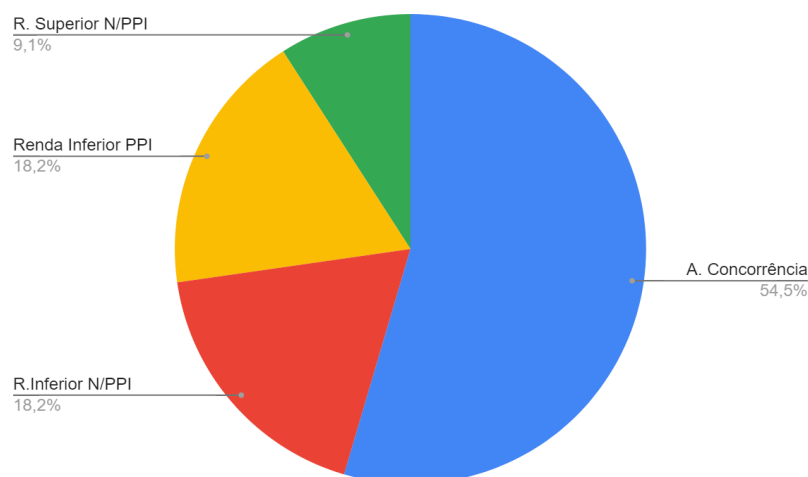
Abaixo, estão os resultados da variável a forma de ingresso que foi utilizada pelos estudantes ingressantes:

#### 4.5 FORMA DE INGRESSO

Como instituição pública federal de ensino técnico de nível médio e educação superior, os processos seletivos de ingresso do IFSC precisam reservar, segundo a Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, “no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas” (BRASIL, Lei n.º 12.711, 2012). Dentro dessa reserva se destinam vagas para estudantes de famílias com baixa renda, negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Estabelece-se, assim, uma conjuntura que permite ao público historicamente excluído o acesso às instituições federais de ensino.

Levando-se em consideração o exposto acima, os dados revelam que 12 (54,5%) estudantes ingressaram pela forma Ampla Concorrência/Classificação Geral no curso, 4 (18,2%) ingressaram pela Cota de Escola Pública - Renda Inferior a 1,55 M - Não PPI (não preto, pardo ou indígena), 4 (18,2%) foram selecionados pela Cota de Escola Pública - Renda Inferior a 1,55 M - PPI (preto, pardo ou indígena) e 2 (9,1%) pela Cota de Escola Pública - Renda Superior a 1,55 M - Não PPI (não preto, pardo ou indígena). Segundo demonstra o gráfico abaixo mencionado:

**Figura 6:** Forma de ingresso dos sujeitos evadidos do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Os dados revelam que, embora a grande maioria dos ingressantes venha de escola pública, a forma de ingresso escolhida por esses estudantes foi predominante a ampla concorrência. Dentro desse contexto, observa-se uma discrepância entre a porcentagem de 90% dos estudantes do curso que provém de escolas públicas e a de 41% que ingressaram pelo sistema de cotas. Tal divergência pode estar relacionada a diferentes motivos, como por exemplo, uma falha na comunicação das informações acerca do sistema de cotas no decorrer do processo de ingresso. Além disso, atualmente, a seleção para o curso é feita por sorteio, o que não possibilita a afirmação da influência de tal fato sobre o perfil dos ingressantes do curso.

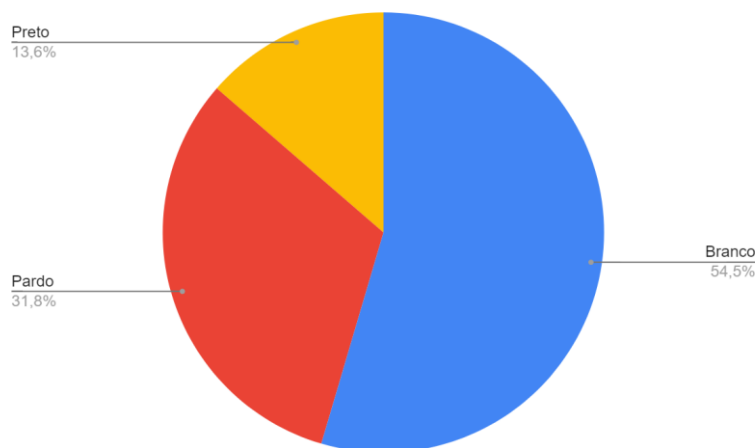
Essas divergências em relação ao processo de ingresso em termos de direito às cotas também é discutido por Ambrosini (2019, p.24). Para o autor, “a implantação do sistema de cotas representa um avanço real na democratização do acesso ao ensino público e de qualidade, contudo, é necessário uma melhor orientação e conscientização dos cidadãos sobre o processo de ingresso discente.” O autor acrescenta que é fundamental que a instituição elabore estratégias de divulgação do processo de ingresso, principalmente sobre o sistema de cotas, para atender a diversidade de candidatos que procuram ingressar na instituição de forma legítima e respeitosa.

Apresenta-se os resultados da variável cor/raça dos estudantes ingressantes a seguir:

#### 4.6 COR/RAÇA

A auto-declaração feita pelos estudantes durante o processo de ingresso mostrou que, 12 (54,5%) auto declararam-se brancos, 7 (31,8%) pardos e 3 (13,6%) pretos, como revela o gráfico abaixo:

**Figura 7:** Cor/raça dos sujeitos evadidos do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Sobre esse aspecto, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) comentam que a redemocratização brasileira é um movimento permeado por omissões que conservam por séculos um perfil individual de características associadas à cor e sexo como determinantes das possibilidades de introdução e continuação educacional e no mundo do trabalho. Nessa relação, Ciavatta (2005) coloca:

A segmentação das classes sociais, a apropriação diferenciada dos bens produzidos socialmente não é um problema apenas brasileiro. Mas em uma sociedade como a nossa, com alto grau de desigualdade social e que não universalizou a educação básica (fundamental e média), as diferenças sociais são mais marcantes, e é mais extensa e mais profunda a reprodução da desigualdade. (CIAVATTA, 2005, p.5-6).

Os estudos a respeito da estrutura de classe e do avanço histórico do capitalismo no Brasil demonstram um modelo de sociedade estruturada de forma conservadora e brutalmente desigual.

Diretamente relacionada à questão cor/raça, Souza *et al.* (2020) comentam:

Ainda que considerado uma democracia racial, o Brasil mantém o racismo como marco importante na estrutura socioeconômica. O impacto da escravização de pessoas pretas e pardas permite entender raça como importante definidor da mobilidade social brasileira. Indivíduos das classes econômicas mais baixas experienciam iniquidades – relacionadas às diferenças raciais – ao buscarem oportunidades numa sociedade de livre mercado, em que prevalece a ascensão social de brancos. (SOUZA *et al.*, 2020, p.2).

Neste sentido, o desenvolvimento de políticas públicas que priorizam eliminar a desigualdade racial e assegurar a igualdade de oportunidades implica em ações políticas organizadas.

Sobre esse fator, a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, que regulamenta o ingresso nas instituições federais de ensino, em seu artigo 5º coloca que as vagas de reserva de cotas destinadas a autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência deve ser “no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.”(BRASIL, Lei n.º 12.711, 2012). Nessa relação, o Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, IBGE, 2022) aponta que 76,3% da população do Estado de Santa Catarina se declara branca, 4,1% negra, 19,2% parda, 0,3% indígena e 0,2% amarela, assim, verifica-se que o percentual de ingressantes pretos, pardos ou indígenas no curso é maior que mínimo exigido pela lei de cotas.

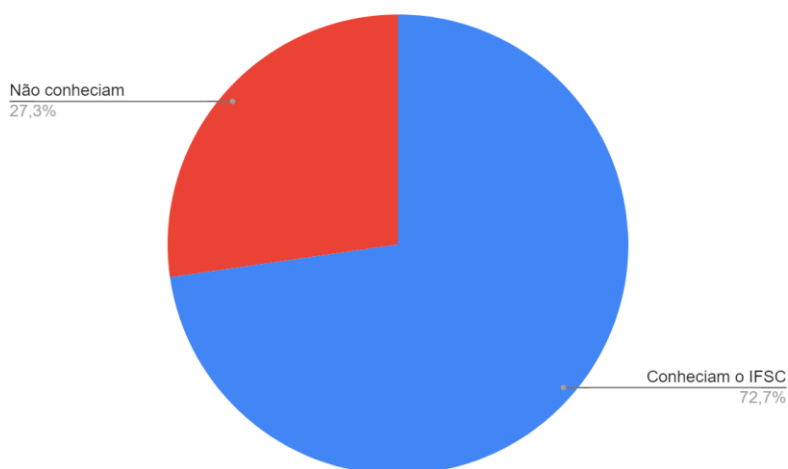
Perante o exposto, percebe-se que o curso de segurança do trabalho está proporcionando o ingresso no ensino público ao público que historicamente foi dele excluído, representando o desenvolvimento real da democratização do acesso às instituições federais de ensino.

A seguir, apresenta-se os resultados da variável conhecimento da instituição pelos estudantes ingressantes:

#### 4.7 CONHECIMENTO SOBRE A INSTITUIÇÃO

Declararam que já conheciam o Instituto Federal de Santa Catarina 16 (72,7%) ingressantes e 6 (27,3%) mencionaram que não conheciam a instituição. Os dados estão representados no gráfico abaixo:

**Figura 8:** Conhecimento sobre a instituição apresentado pelos sujeitos evadidos do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.



Segundo a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que concretiza a Rede Federal de Educação Tecnológica:

Art. 2o Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. (BRASIL, Lei n.º 11.892, 2008).

Relacionado a essa questão, observa-se a relevância da instituição na horizontalização e verticalização da oferta de educação pública, gratuita e de qualidade, o que a torna prestigiada frente à população, aliado a isso, a obra de expansão da rede federal possibilitou o acesso de um maior número de pessoas aos cursos disponibilizados pelo IFSC.

Nesse sentido, o IFSC desempenha um papel social relevante por se revelar um espaço privilegiado de aprendizagem que proporciona “a compreensão das relações sociais de produção e do processo histórico e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas” (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p.31). Assim, a instituição qualifica profissionalmente seus estudantes utilizando uma concepção de ensino que supera a percepção de educação profissional exclusivamente voltada para a preparação para o mercado de trabalho.

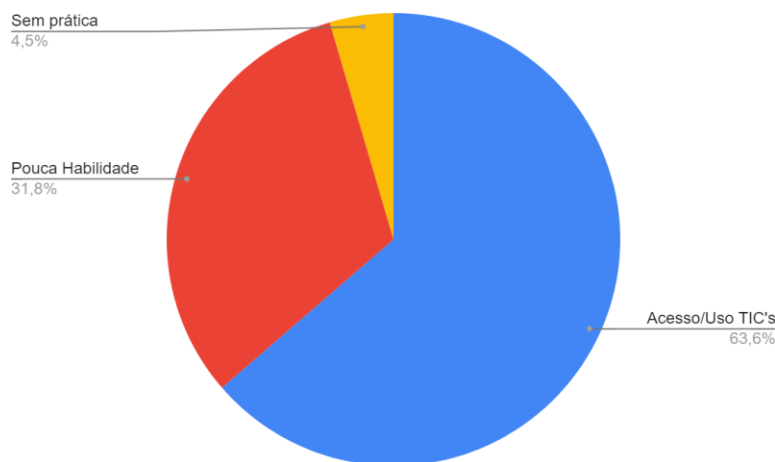
Por outro lado, a imagem que as pessoas formam dos Institutos Federais, segundo Ambrosini (2019), muitas vezes recebe a influência de informações não oficiais que levam ao desconhecimento do fato de ser uma instituição pública e gratuita, com diversos cursos ofertados e diferentes formas de ingresso. Nessa relação, a população socioeconomicamente vulnerável adquire uma visão do IFSC como uma instituição elitizada, o que oculta o estabelecimento da finalidade de ampliar e democratizar o acesso às vagas dos Institutos Federais para grupos minoritários, mesmo com a implementação do sistema de ingresso por cotas.

Abaixo apresenta-se a facilidade de acesso e uso das Tecnologias de Informação pelos estudantes ingressantes.

#### 4.8 ACESSO E USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Questionados sobre a facilidade de acesso e uso das tecnologias da informação, 14 (63,6%) ingressantes consideram ter habilidade de acesso e uso das TIC's, 7 (31,8%) declaram ter pouca habilidade e 1 (4,5%) não tem prática de acesso e uso das tecnologias da informação. Pode-se observar o resultado no gráfico abaixo:

**Figura 9:** Acesso e uso das Tecnologias de Informação Local apresentados pelos sujeitos evadidos do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

É importante informar que devido a Pandemia do Vírus Covid-19, o edital de ingresso 2020/2 para cursos técnicos subsequentes possuía como requisito que o candidato tivesse acesso e domínio das tecnologias da informação, uma vez que as aulas não seriam ministradas presencialmente. Observa-se que, embora o edital de ingresso indicasse a necessidade de os estudantes dominarem as tecnologias digitais, os dados revelam que uma parcela significativa desses sujeitos adentraram ao curso sem o pleno domínio dessas habilidades, o que reflete na qualidade de acesso aos conteúdos e nas interações pedagógicas durante o curso, se a instituição não prover essa qualificação antes do início das aulas.

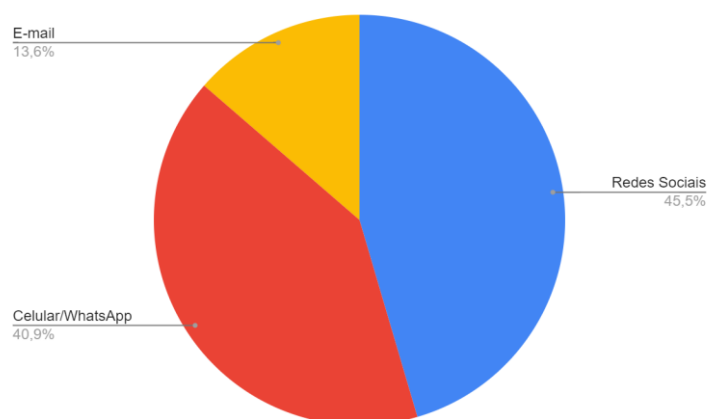
Sobre essa realização, aponta-se que o avanço tecnológico e o estabelecimento da globalização fazem com que ações humanas sejam modificadas pela técnica, pela ciência e pela informação. Nessa relação, vislumbra-se a tecnologia presente em todos os níveis sociais, sendo que, segundo Ambrosini (2019), os recursos disponíveis, principalmente para adolescentes e jovens que nasceram na era digital, possibilitam que dispositivos móveis sejam incorporados como um prolongamento de seu lar ou de seu próprio corpo, influenciando, inclusive, em novos modos de aprender que suscitam informações curtas e diversas, preferência por sons e vídeos no lugar de textos, interatividade e aprendizagens lúdicas. Dentro desse contexto, a escola, como um lugar singular de partilha do conhecimento, precisa atentar às transformações da sociedade e responder às mesmas, possibilitando uma reflexão sobre o uso das tecnologias de forma histórica, política e econômica, ao mesmo tempo em que utiliza seus recursos para facilitar o processo de ensino-aprendizagem.

Em seguida, os resultados tratam da forma pela qual os estudantes ingressantes recebem mais informações no seu dia a dia.

#### 4.9 RECEBIMENTO DE INFORMAÇÕES NO DIA A DIA

Quanto à forma pela qual os estudantes mais recebem informações no seu dia a dia, 10 (45,5%) participantes mencionaram ser pelas redes sociais, 9 (40,9%) pelo telefone móvel-WhatsApp e 3 (13,6%) afirmaram que recebem informações por e-mail pessoal. As informações coletadas podem ser visualizadas no gráfico apresentado a seguir:

**Figura 10:** Recebimento de informações no dia a dia dos sujeitos evadidos do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho



Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

Dentro desse contexto, observa-se que os estudantes ingressantes conseguem informação predominantemente pelo meio digital. Sobre essa realidade, Ambrosini (2019) coloca que o número de estudantes que usam dispositivos móveis para se informar e interagir com amigos, família e entre si, por meio de redes sociais e mensagens, cresce gradativamente e que a instituição precisa conhecer os tipos de canais e mídias utilizados pelo público para tentar se aproximar dos meios de comunicação empregados pelos estudantes e estabelecer um diálogo com eles. Esse movimento se faz necessário, já que na sociedade contemporânea a informação obtém uma posição de acentuado valor social, transformando-se em um fator de extrema importância não só para o processo de ensino-aprendizagem, mas para as mais diversas interações sociais.

Em síntese, verifica-se que os estudantes ingressantes dessa turma do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho em análise são, de um modo geral, do sexo feminino, com mais de 30 anos de idade, brancos, residentes da Região Metropolitana de Florianópolis e com a escolaridade de ensino médio regular, porém não se analisou aqui dados relativo às instituições públicas de onde os participantes são provenientes em termos de qualidade de ensino para aprofundar o entendimento do perfil desses sujeitos. Observa-se também que, embora a maioria dos ingressantes seja proveniente de instituições públicas de ensino, o ingresso por ampla concorrência foi a forma predominante entre os ingressantes. Constatou-se que, embora o edital de ingresso pedia domínio das tecnologias, em decorrência do contexto pandêmico, um número considerável de participantes assumiram ter baixo domínio de acesso e uso

das tecnologias de informação e todos possuem como principal meio para adquirir informação as redes sociais, via telefone móvel.

Os resultados acima apresentados convergem com alguns dados de duas pesquisas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), tendo como *locus* o IFSC.

Michelon (2020) realizou uma pesquisa-ação, em 2018-2, com estudantes do primeiro semestre, vespertino, do Curso Técnico Subsequente em Confeitaria, *Campus* Florianópolis-Continente do IFSC. Dos 22 (100%) estudantes da turma de experimento que responderam ao questionário, 16 (72,7%) eram do sexo feminino e 11 (50 %) com idade maior de 30 anos; 17 (77%) realizaram o ensino médio regular em instituições públicas de ensino, sendo que 10 (47,6%) dos sujeitos haviam finalizado o ensino médio há mais de quinze anos. Em relação ao domínio das tecnologias digitais, os dados mostraram que o celular é a ferramenta mais utilizada para a comunicação e a maioria, 15 (68,2%), afirmou dominar pouco ou nada a tecnologia para fazer pesquisa e produzir textos em meio digital.

Os resultados desta pesquisa também dialogam com alguns dados do perfil dos estudantes do primeiro módulo dos Cursos Técnicos Subsequentes de Cozinha e de Panificação, semestre 2020-1, vespertino, *Campus* Florianópolis-Continente do IFSC, elaborados por Souza (2022). Em decorrência do contexto pandêmico, ao final do semestre 2020-1, somando-se os dois cursos, permaneceram em aula não presencial 14 (100%) estudantes, os quais participaram da pesquisa. Desses sujeitos, 12 (86%) são do sexo feminino e 12 (86%) têm acima de 30 anos. Ressalta-se que esses participantes permaneceram com frequência no curso na forma não presencial pelo fato de terem acesso aos recursos tecnológicos como internet e computador em casa, o que significa dizer que grande parte dos estudantes com média de 25 estudantes por turma não conseguiram permanecer nas aulas não presenciais síncronas e não síncronas, por falta de acesso a tecnologias para esse fim. Porém, ao se tratar do domínio das tecnologias digitais, os resultados apontaram que a maioria desses participantes afirmou que, ao ingressar no curso, não dominava a plataforma Sigaa para mediação pedagógica e nem as tecnologias para pesquisa, escrita e compartilhamentos de textos *online*. Esses sujeitos apontam que a instituição não promoveu as condições suficientes e necessárias para que se sentissem seguros nesses usos para a qualidade de ensino-aprendizagem ao iniciarem os respectivos cursos.

As pesquisas acima mencionadas foram desenvolvidas com estudantes de cursos técnicos subsequentes de diferentes turnos, cursos e *campus* do IFSC, no entanto, uma análise do perfil levantado nas três pesquisas revela a predominância de mulheres, com mais de 30 anos de idade e que possuem como escolaridade o ensino médio realizado em uma instituição pública de ensino. Sobre esse aspecto, verifica-se que a preponderância do sexo feminino na procura por cursos de formação profissional, associada a um certo avanço da idade, podem indicar uma necessidade tardia de inserção no mundo do trabalho, conforme aponta Johann (2012), principalmente pelo desligamento precoce dos estudos para a constituição de família, assim como pode demonstrar a necessidade de uma nova formação para a manutenção no mundo do trabalho, como apontam Araújo e Rodrigues (2010), diante das rápidas e constantes exigências profissionais do Sistema Capitalista.

Em termos de acesso e uso das tecnologias da informação, a maioria dos

estudantes ingressantes do curso de Segurança do Trabalho declarou facilidade de acesso e uso das tecnologias de informação, tal afirmativa pode estar relacionada ao fato de que todo o processo de ingresso em 2020/2 foi realizado *on-line* devido à Pandemia do Vírus Covid-19 e que o edital de ingresso trazia a exigência de acesso e domínio das TICs, uma vez que as aulas seriam ministradas de forma não presencial. No entanto, mesmo diante de tal condição expressa no edital de ingresso, um número relevante de ingressantes afirmou possuir obstáculos para usufruir de acesso e uso das tecnologias da informação, o que se relaciona com as pesquisas que demonstraram que os estudantes dos cursos técnicos subsequentes apresentam dificuldade de uso e uma carência de acesso às tecnologias digitais e uso adequado para a mediação pedagógica.

Além disso, ressalta-se a hipótese de que sujeitos podem não ter se candidatado ao ingresso em 2020/2 por falta de acesso para realizar sua inscrição ou por não conseguirem completar adequadamente o processo por dificuldade de uso das TIC's. Nesse sentido, a população de baixa renda ficou à margem desse processo por não estar incluída nos meios digitais, o que configura em um processo de exclusão de indivíduos que poderiam estar no ambiente educativo. Esse aspecto exprime uma contradição ao que apresenta os pressupostos teóricos e metodológicos da EPT, pois, segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a EPT está inserida no conceito de educação omnilateral para ser um projeto democrático de educação profissional que estabelece o direito social de todo o trabalhador ao conhecimento.

Perante o exposto, e concordando com Saviani (2017, p. 654), quando se diz que “queremos uma escola que forme indivíduos autônomos, capazes de iniciativa, o que implica que sejam conhecedores da situação para poderem tomar decisões, interferindo ativamente na vida social”, torna-se imprescindível que a instituição de ensino pondere estratégias inclusivas que visem à ampliação das alternativas de pleno acesso ao ensino público federal. Estratégias que compreendam práticas sociais de letramento via tecnologias digitais, tendo em vista a forma como essas tecnologias estão permeando a vida social e profissional de todos os indivíduos.

Desenvolvido o perfil dos estudantes que ingressam no Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, passa-se à conclusão do estudo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o processo de expansão do quantitativo de estudantes ingressantes na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, torna-se fundamental o conhecimento das características dos sujeitos atendidos. Dentro desse contexto, é necessário atentar para o fato de que cada região do país apresenta suas particularidades, assim como os diferentes *campi* e cursos da instituição, proporcionando assim os mais distintos perfis de estudantes.

A pesquisa desenvolvida buscou traçar o perfil social e acadêmico dos sujeitos que ingressam no Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho ofertado pelo *Campus* Florianópolis do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), procurando observar semelhanças e diferenças entre os ingressantes.

Retomando sinteticamente os resultados, verifica-se que os ingressantes do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho formam um grupo que, em sua maioria, é constituído por pessoas do sexo feminino, brancas, com idade acima dos 30 anos, moradoras da Região da Grande Florianópolis e que apresentam como escolaridade ensino médio realizado em instituição pública. A presença de tais características podem expressar em termos de perfil que os estudantes que procuram o curso são mulheres, com idade ativa no mundo do trabalho, há algum tempo longe dos bancos escolares e que voltaram aos estudos com o objetivo de obter uma formação profissional para continuar ativo no mundo do trabalho.

Destaca-se também que, embora a grande maioria dos ingressantes venha de escola pública, a forma de ingresso predominante no curso é a ampla concorrência. Para compreender o motivo desse fator seria necessário o desenvolvimento de um estudo aprofundado sobre a temática, no entanto, não é possível confirmar se tal fato influencia no perfil dos estudantes do curso, uma vez que o ingresso é realizado por sorteio. O que esta circunstância mostra é que candidatos com direito a cotas estão se inscrevendo por ampla concorrência, ocasionando um número maior de candidatos nessa modalidade para o sorteio, e nessas circunstâncias, candidatos que poderiam ser sorteados para ingressar no curso pelo sistema de cotas não o são por ampla concorrência, evidenciando que, durante o processo de ingresso, há uma falha na divulgação de informações sobre o sistema de cotas.

Para finalizar esse trabalho, reitera-se que conhecer o perfil dos estudantes, suas necessidades e particularidades auxiliam na formulação pela instituição de estratégias que contribuam com a permanência no ensino, pois possibilita o desenvolvimento de intervenções centradas especificamente nesses educandos. O conhecimento do perfil dos estudantes também oportuniza ao professor o entendimento de suas características, podendo assim considerar os dados na aplicação de metodologias e didáticas utilizadas, visto que o processo educativo precisa começar pela realidade do estudante como sujeito e pessoa, para posteriormente ser conduzido pela cooperação entre educador e educando. Tal abordagem permite uma aprendizagem de qualidade para que efetivamente ocorra o sucesso para a progressão nos estudos e no trabalho, no sentido de formação de um sujeito que detenha o conhecimento técnico, tecnológico e científico como condição de superar a alienação e tornar-se socialmente engajado, com criticidade e conhecimento para a emancipação social. Além disso, informações sobre o perfil dos estudantes possibilitam análises que contribuirão com a construção dos Projetos Pedagógicos dos cursos e com a elaboração de políticas de ensino, pesquisa e extensão para um processo educacional adequado.

Nesse sentido, coloca-se como sugestão mais pesquisas voltadas ao perfil dos sujeitos na instituição, pois identificar esses perfis é essencial para se pensar em ações que facilitem o desenvolvimento do ensino profissional federal.

## REFERÊNCIAS

AMBROSINI, Tiago Felipe. **Guia de Acesso Estude no IFRS BG**: estratégia de orientação para melhorar o acesso ao IFRS *campus* Bento Gonçalves. 2019. 128 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do



Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT, Porto Alegre. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/xmlui/handle/123456789/192>. Acesso em: 30 jul. 2020

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Referências sobre práticas educativas em Educação Profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim Técnico do Senac**: a revista de Educação Profissional, v. 36, n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/218/201>. Acesso em: 22 nov. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. **Documento Base**. Brasília, dezembro de 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf). Acesso em: 8 jan. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm). Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 17 out. 2019.

CIAVATTA, Maria. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 22 nov. 2019.

CIAVATTA, Maria.; RAMOS, Marise. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, 2011. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/45/42>. Acesso em: 10 jul. 2024.

FERREIRA, Daiana da Rosa. **Processo de ingresso do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho no Campus Florianópolis do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)**: um estudo sobre a relação acesso -

permanência - sucesso-progressão. Orientadora: Salete Valer. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional). Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional. Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2021. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id\\_trabalho=11035270](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=11035270). Acesso em: 22 mai. 2022.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP/SC). **Segurança em Números**, Boletim Semanal de Indicadores, 2020. Disponível em: <https://www.ssp.sc.gov.br/index.php/component/content/article/88-servicos/184-seguranca-em-numeros-2?Itemid=437>. Acesso em: 22 abr. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho da. (Org.). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: CUT, 2005. p. 19-62. Disponível em: <https://docplayer.com.br/63451908-O-trabalho-como-principio-educativo-no-projeto-de-educacao-integral-de-trabalhadores-excertos.html>. Acesso em: 16 out. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Exclusão e/ou desigualdade social? Questões teóricas e político-práticas. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 37, p. 417-442, set./ dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/1593/1479>. Acesso em: 10 jul. 2024.

IKESHOJI, Elisângela Aparecida Bulla; TERÇARIOL, Adriana Aparecida de Lima. Educação Profissional e Tecnológica: retrospectiva histórica com ênfase na Rede Federal. In: NETO, Alexandre Shigunov; SILVA, André Coelho; FORTUNATO, Ivan (org.). **Passado, Presente e Futuro nos Institutos Federais de Educação**. São Paulo: Edições Hipótese, 2018. p. 30 - 49.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), **Sistema Cidades@**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 jul. 2024.

JOHANN, Cristiane Cabral. **Evasão Escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense**: um estudo de caso no campus Passo Fundo. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/739>. Acesso em: 17 abr. 2020.

MICHELON, Raquel Darelli. **Recursos Pedagógicos para práticas de letramento em Língua Portuguesa na perspectiva da politécnica**: pesquisa-ação com sujeitos da Educação Profissional Técnico de Nível Médio Subsequente. Orientadora: Salete Valer, 2020. Dissertação (Pós - Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/handle/123456789/1721>. Acesso em: 3 abr.2021.

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS, SC. Secretaria de Assistência Social (PMF). **Projeto Floripa Social**, Intervenção Social no Norte da Ilha. Florianópolis, 2018. Disponível em: [https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/Projeto\\_Floripa\\_Social\\_Intervencao\\_Social\\_no\\_Norte\\_da\\_Ilha\\_site.pdf](https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/Projeto_Floripa_Social_Intervencao_Social_no_Norte_da_Ilha_site.pdf). Acesso em: 22 abr.2021.

NASCIMENTO, Matheus Monteiro; CAVALCANTI, Cláudio José de Holanda; Ostermann, Fernanda. Dez anos de instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: o papel social dos institutos federais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 101, n. 257, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/j66w94G68d56Z3CQhv5vCzG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Democracia, educação e emancipação humana: desafios do atual momento brasileiro. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 31, n. 3, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v21n3/2175-3539-pee-21-03-653.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SEVERINO, Joaquim Antônio. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Lucas de. **O uso das tecnologias digitais como competência para o mundo do trabalho**: um estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) – *Campus* Florianópolis-Continente. Orientadora: Salete Valer 2022. Dissertação (Pós - Graduação Stricto Sensu - Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Prelo. 2022.

SOUZA, Pedro Gomes Almeida de; PÔRTO, Ana Carolina Carvalho de Araújo; SOUZA, Amanda de; JÚNIOR, Aluísio Gomes da Silva; BORGES, Fabiano Tonaco. Perfil Socioeconômico e Racial de Estudantes de Medicina em uma Universidade Pública do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, n. 90, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/y8h6fFZnzSTMxBdzBNNC8nd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SUSKI, Cássio Aurélio; SANTOS, Débora Magna; PACHECO, Diego; ESTEVES, Marina Regina Veloso; PEIXE, Rita Inês Petrykowski; GUIMARÃES, Sandra Lopes. Estratégias para elevação dos índices de permanência na educação básica, técnica e tecnológica. **Scientia Vitae**, v. 11, n. 33, p. 30-49, 2021. Disponível em: [http://www.revistaifpsr.com/v1133\\_3049.pdf](http://www.revistaifpsr.com/v1133_3049.pdf). Acesso em: 1 set. 2021.